

Coordenação Editorial:
Carla Milano Benclowicz
Equipe de produção:
Sueli Geraldo Pereira e Nilza Agua
Capa:
Silvio Oppenheim

Coleção Espaços
Dirigida por Maria Adélia de Souza e Milton Santos.

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

S236e Santos, Milton, 1926 –
Espaço e método / Milton Santos. – São Paulo : Nobel, 1985.
(Coleção espaços)

Bibliografia.
ISBN 85-213-0294-0

1. Espaço em economia 2. Geografia humana 3. Geografia – Metodologia 4. Política social I. Título.

85-0588

17. e 18. CDD-330.0182
17. -309.2
18. -309.212
17. e 18. -910
17. -910.0018
18. -910.018

Índices para catálogo sistemático:

1. Econometria espacial 330.0182 (17. e 18.)
2. Espaço e economia 330.0182 (17. e 18.)
3. Geografia humana 910 (17. e 18.)
4. Método científico : Geografia 910.0018 (17.) 910.018 (18.)
5. Metodologia : Geografia 910.0018 (17.) 910.018 (18.)
6. Planejamento social 309.2 (17.) 309.212 (18.)

Espaço e Método

Milton Santos

Nobel

Validade da antiga noção de região

Argumenta-se, hoje, e com grande insistência, que a antiga noção de *região* não pode resistir às configurações atuais da economia, governada, nos diversos países, por uma internacionalização do capital que abarca novas formas. Houve um momento em que a região era considerada como a categoria *par excellence* do estudo espacial.

Na verdade, esse enfoque deixava de considerar o papel do Estado e a existência das classes sociais. Todavia, apesar da precedência de uma lógica maior, a da formação social nacional como um todo sobre o fenômeno regional, este parecia dotado de uma certa autonomia: nos países industrializados, pelo fato da contradição entre a fluidez no espaço total e a atratividade dos núcleos urbanos, facilitada por uma acessibilidade aos serviços (o que hoje muitos chamam de equipamentos coletivos); nos países subdesenvolvidos, pelo fato de que, sua integração havendo sido tardia, a criação de verdadeiras metrópoles com âmbito de ação nacional também foi tardia, deixando ao que, então, se podia chamar de metrópoles regionais uma função de comando que compreendia um grande número de papéis, desde o fornecimento de bens e serviços necessários à produção e ao consumo até mesmo a coleta da produção da área comandada.

De fato, a inexistência de uma “integração” nacional, nos países subdesenvolvidos, favorecia laços mais diretos de cada subespaço nacional (ou, pelo menos, de certos deles, em casos especiais) em relação com os centros do sistema mundial, cada área exercendo funções reclamadas ao país (ou colônia) como um todo, mas estritamente localizadas. A inexistência de uma fluidez espacial, isto é, de mobilidade dos fatores, deixava, porém, a impressão de que cada área funcionava segundo uma lógica própria, independente das relações do país como um todo com o sistema mundial.

Nos países desenvolvidos, as regiões geográficas eram, sobretudo, regiões históricas, criadas antes da revolução dos transportes, onde o peso do passado, influenciando tanto na configuração do espaço, quanto na vida econô-

mica e cultural, assegurava a manutenção de um grande número de relações “internas”, mais facilmente identificáveis, mais empiricamente comprováveis e, sobretudo, mais presentes na interpretação dos estudiosos, pondo, desse modo, na sombra, as relações “externas”, das quais as relações “internas” dependiam em última análise. A falta, porém, de reconhecimento dessas relações mais amplas assegurava a permanência de uma noção que, desde a segunda revolução industrial e a implantação do imperialismo, já não mais correspondia à realidade.

A internacionalização do capital produtivo, paralela à fase técnico-científica atual do imperialismo, veio pôr à mostra a debilidade do conceito, pelo menos em sua noção clássica. O processo de acumulação ganha novo ritmo e a localização das atividades mais rentáveis se torna mais seletiva. Nos países do centro do sistema, isto se manifesta por uma concentração econômica e espacial de capitais (tanto do capital geral como dos capitais particulares) que, apesar da distribuição dos equipamentos coletivos, termina pondo à mostra antigas desigualdades, pela desigualdade na criação de empregos “produtivos” e todas as conseqüências que isso comporta. O empobrecimento se torna evidente e a “questão regional” ganha uma nova amplitude e um novo significado.

Nos países subdesenvolvidos, a internalização da divisão internacional do trabalho acelera a divisão interna do trabalho, a criação de valores de troca, a especialização mercantil dos subespaços, ao mesmo tempo em que o processo de centralização (econômico e geográfico) se reduz a áreas limitadas, de tal forma que o resto do país, graças também às novas condições dos transportes e comunicações, deve manter relações obrigatórias e assimétricas com o “centro” assim reforçado ou criado. Do ponto de vista dos fluxos de mercadorias, o país inteiro se torna “a região” do seu “centro”.

O processo de concentração não se limita à produção de bens, mas se estende à de serviços tradicionais ou modernos e à de informações, incluindo as decisões. Ainda aqui as relações internacionais se fazem sentir, mas a região polar do país se torna o intermediário privilegiado. Assim, a noção de região fica seriamente afetada.

Para uma nova conceituação da região

Uma região é, na verdade, o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado. Mas, pelo fato de que, no passado, o mesmo fenômeno se produziu, as divisões espaciais do trabalho precedentes

criaram, na área respectiva, instrumentos de trabalho fixos, ligados às diversas órbitas do processo produtivo, aos quais se vêm juntar novos instrumentos de trabalho necessários às atividades novas e renovadas atuais.

Dentro de uma região, os capitais fixos são geografizados segundo uma lógica que é a do momento de sua criação. Isso tem um inegável papel de inércia.

Entre esses “fixos”, há os que estão ligados à atividade direta dos produtores individuais e há também aqueles socialmente criados. Quanto a estes últimos, sua lógica não é apenas regional e, em certos casos, o é menos, quando as preocupações que ditaram sua instalação estão ligadas ao funcionamento da economia nacional como um todo, ou, se devem a razões não propriamente econômicas, por exemplo, motivos de segurança ou geopolíticos, incluída, neste último ponto, a vocação do Estado moderno para comandar a totalidade do território correspondente, através das facilidades de transportes e comunicações.

A cada momento histórico, pois, o que se convencionou chamar de *região*, isto é, um *subespaço* do espaço nacional total, aparece como o melhor lugar para a realização de um certo número de atividades. Tais fatores locais, repetimos, são apenas parcialmente regionais ou locais.

Sem dúvida, a existência de fixos que provêm de épocas passadas, ainda que de um passado recente, e cuja instalação correspondeu a uma lógica buscada na rede de relações múltiplas (políticas, econômicas, geográficas) de então, tem um papel de inércia.

Sua “velhice”, em relação a novas formas técnicas, não é, obrigatoriamente, um fator de perda relativa de seu valor produtivo ou de sua capacidade de participar no processo de acumulação geral e dentro do ramo respectivo. É a incidência, sobre essas formas envelhecidas, das relações sociais, que lhes assegura um lugar na hierarquia dos papéis. Este dado, fundamental para qualquer análise da questão, e de natureza geral, pertence à lógica do funcionamento da formação social nacional como um todo.

A região se definiria, assim, como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença, nela, de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico, dadas pela rede de relações acima indicadas. Pode-se dizer que há uma verdadeira dialética entre ambos esses fatores concretos, um influenciando e modificando o outro.

Assim, o *regional* seria dado exatamente por tais formas, consideradas, porém, como *formas-conteúdo* e não como formas vazias. De fato, os fixos, na qualidade de formas técnicas, exceto se já não funcionam, jamais deixam de ser portadores de um conteúdo, isto é, de um sistema de relações ligado à

lógica interna de firmas ou instituições e que opõe resistências à lógica mais ampla, de natureza geral, nacional.

Mas, um subespaço é a condição de atividade de produções múltiplas e de firmas e instituições múltiplas. Isso tem de ser levado em conta.

Por quê?

O fato de que a lógica espacial das diversas produções e das diversas firmas é diferente constitui um complicador.

Cada produção organiza o espaço segundo uma modalidade própria. Produções associadas associam suas lógicas, sem que forçosamente deixe de haver, entre elas, conflito, inclusive pelo uso do espaço, exceto se a associação, além de econômica, é também técnico-jurídica. Mas, produções não associadas, operando em uma mesma área, seja contíguas ou não, supõem conflitos localizados em períodos de tempo ou durando permanentemente.

Quanto às firmas, consideradas aqui não apenas em função do processo produtivo direto, mas em relação a outras instâncias da produção, o que parece relevante considerar são os níveis diversos de cooperação suscitados por suas atividades concretas. Haverá firmas cujo "círculo de cooperação" seja exclusivamente local, próprio a um subespaço? Isso se pode dar hipoteticamente pelo menos em duas circunstâncias: uma é a de que todo o seu ciclo produtivo se esgote nos limites do subespaço; outra é a de que tenha de se valer de uma firma que participa de um circuito de cooperação superior para atingir outras áreas:

Pode-se pretender, a partir desses dois critérios, considerar o que é *estritamente* regional e o que não o é?

Mas, de que serviria esse esforço? Mostraria ele algo mais além do fato de que a região, como lugar de realização de atividades produtivas diversas, não dispõe de autonomia? Mesmo o caso das atividades cujo circuito de cooperação se limita à própria área não significa que os agentes possam bastar-se completamente com os processos puramente regionais. As necessidades de consumo, por exemplo, se incluem, cada vez mais, num circuito muito mais amplo, de um ponto de vista espacial. Assim, não é suficiente levar em conta a produção propriamente dita, mas se deve também considerar as outras instâncias da produção.

Os "fixos", que dão a uma área uma configuração espacial particular, são dotados de uma autonomia de existência, mas isso não elimina o fato de que eles não têm uma autonomia de funcionamento. Por isso, a região e o lugar são *lugares funcionais do todo*.

Como sair desse impasse se desejamos dividir socialmente a totalidade segundo um critério horizontal, geográfico?

Considerando o problema de um ponto de vista dinâmico, a tarefa é

impossível, pois as mudanças funcionais conduzem geralmente a que os limites historicamente reais de cada subespaço estejam sempre mudando. Todavia, tomado um ponto no tempo, o problema pode ser obviado.

Parece, também, que, mesmo considerado o dinamismo global e sua incidência sobre as diversas áreas, algumas aparecem como mais capazes de:

- a) receber o impacto das novas relações sem determinar mudanças na organização espacial das formas-conteúdo precedentes;
- b) receber o impacto das novas relações e encontrar um novo arranjo interno que permita a reprodução das condições anteriores ("reprodução" aqui não sendo um sinônimo de reprodução das relações técnicas, mas de reprodução das relações sociais que, naturalmente, encontrarão outra "lei" e outros (novos) contornos na fase que, então, se inaugura).

Regiões urbanas e agrícolas: mudança de conteúdo

A penetração, no campo, das formas mais modernas do capitalismo conduz a dois resultados complementares. De um lado, novos objetos geográficos se criam, fundando uma nova estrutura técnica; de outro, a própria estrutura do espaço muda. Designações tais como "região urbana" ou "zona rural" ganham um novo conteúdo. Numa área onde a composição orgânica do capital é elevada, onde quantidade e qualidade das estradas favorece a circulação e as trocas, onde a proximidade de uma grande cidade e a especialização produtiva e espacial conduz a complementariedades, o campo se "industrializa", torna-se objeto de relações capitalistas avançadas, claramente distintas das que têm lugar tanto nas regiões agrícolas tradicionais, quanto naquelas que, sendo "modernas", estão distanciadas das áreas urbanas mais desenvolvidas. No caso em tela, a "região urbana" tanto compreende a grande cidade e as áreas urbanas satelizadas, como as áreas que, derredor ou próximo aos grandes centros, participam de um mesmo nível de relações. Na verdade, essa nova *região urbana* compreende, também, por contigüidade, as áreas que não são diretamente tocadas pelo processo modernizador e podem, desse modo, manter aspectos tradicionais ou arcaicos no interior de uma zona motora.

Do mesmo modo, a designação *região agrícola* muda de conteúdo. Áreas dedicadas à produção agrária, mas utilizando relativamente baixos coeficientes de capital necessitam de aglomerações urbanas, fornecedoras de meios de consumo pessoal e produtivo.

Antenas dos grandes centros industriais e de serviço, tais cidades exercem um papel de distribuição indispensável à sobrevivência das atividades e dos grupos locais. Na verdade, porém, esse conjunto funcionalmente diferenciado pode ser, hoje, identificado como uma verdadeira *região agrícola*, apesar da presença de cidades.

O que distinguirá a *região urbana* e a *região agrícola* não será mais a especialização funcional, mas a quantidade, a densidade e a multidimensão das relações mantidas sobre o espaço respectivo. A noção de oposição cidade-campo torna-se, desse modo, nuançada, para dar lugar à noção de complementariedade e seu exercício sobre uma porção do espaço. Sem dúvida, o espaço total de um país é solidário, portanto complementar. Aqui, porém, trata-se de cooperação a uma escala inferior, isto é, à escala do processo imediato da produção e/ou do consumo.

Num espaço nacional assim repartido, as condições atuais são, também, geratrizes de áreas de uma outra natureza: os enclaves. Estes representam a inserção de modos de produção concretos, caracterizados por uma alta densidade de capital, em áreas "vazias", "semivazias", e para a realização de atividades agrícolas ou minerais cujo produto não é destinado ao consumo local. Mas, também, há enclaves industriais que podem estar situados nas vizinhanças ou nas proximidades de uma grande cidade e trabalham segundo níveis técnicos, organizacionais e de capital específicos, sem precisamente manter com a cidade laços técnicos e orgânicos mais estreitos, afora uma demanda limitada de insumos e de mão-de-obra.